

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

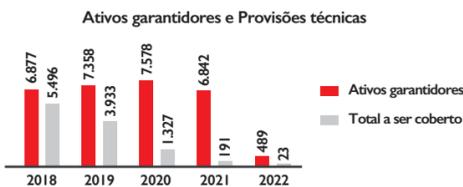
Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, referentes à MAPFRE Saúde Ltda. (antiga denominação da MS Participações Ltda.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela RN nº 472/2021, de 29 de setembro de 2021 e alterações, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das operações
O resultado do período de 2022 totalizou um prejuízo de R\$ 2,6 milhões, uma redução de R\$ 3,3 milhões em relação ao ano anterior, cuja variação do resultado foi impactada principalmente pelo processo de encerramento das operações e ajuste ao valor presente de outros títulos a receber, conforme descrito na nota 1 - contexto operacional. As receitas com operações de assistência à saúde tiveram uma redução em 92% em relação ao ano anterior.

Declaração de capacidade financeira
Considerando o plano de reorganização societária envolvendo as empresas com o objetivo de

simplicificação da estrutura societária, a MAPFRE Saúde Ltda. declara estar, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 284 mil, em atendimento à RN nº 472/2021, de 29 de setembro de 2021 e alterações.

A Empresa tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Ativo circulante		6.745	6.542
Disponível	23	65	65
Caixa e bancos	6	43	43
Equivalentes de caixa	17	22	22
Realizável	6.722	6.477	6.477
Aplicações	5	6.023	6.230
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		205	5.786
Aplicações livres		5.818	444
Créditos tributários e previdenciários	14b	336	100
Bens e títulos a receber	6	363	147
Ativo não circulante		8.186	10.793
Realizável a longo prazo	8.186	10.791	10.791
Aplicações	5	284	1.056
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		284	1.056
Créditos tributários e previdenciários	14b	6.708	7.499
Bens e títulos a receber	6	630	1.711
Depósito judiciais e fiscais	11a	564	525
Imobilizado		-	2
Imobilizado - hospitalares/odontológicos		-	2
Total do ativo		14.931	17.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2022	2021
Passivo circulante		7	994
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	5	23	191
Provisão de eventos a liquidar		10	35
Provisão de eventos ocorridos e não avisados		13	156
Tributos e encargos sociais a recolher	9	76	69
Débitos diversos	10	895	672
Passivo não circulante		715	570
Provisões judiciais	11	715	570
Patrimônio líquido	12	13.222	15.833
Capital social		75.500	75.500
Prejuízos acumulados		(62.278)	(59.667)
Total do passivo e patrimônio líquido		14.931	17.335

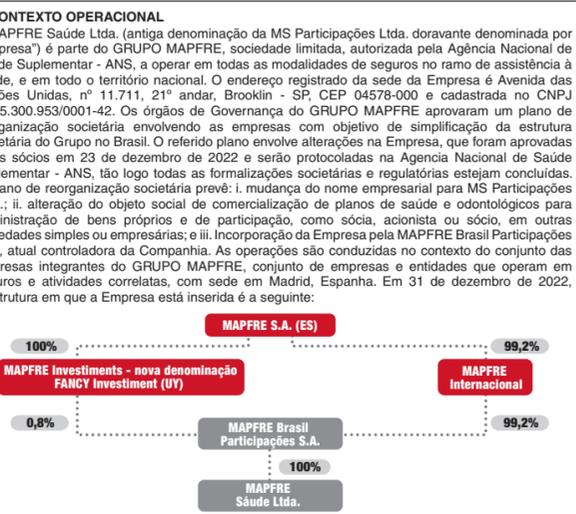
saúde: As provisões técnicas são constituídas de acordo com as legislações e orientações da ANS, cujos parâmetros estão resumidamente descritos a seguir: A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos conhecidos pela Empresa até a data do encerramento do exercício, conforme determinações contidas na RN nº 393/2015, de 09 de dezembro de 2015, e alterações. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos". As empresas devem constituir mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN nº 393/2015, de 09 de dezembro de 2015, e alterações: **i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Empresa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. O plano permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira do participante, mediante contribuições realizadas pelo profissional e pela Empresa e, investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário - base de contribuição do participante. A Empresa não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data do desligamento a depender do tempo de empresa. **iv. Riscos e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ajuste ao valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual, excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diferenciados registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangeiros. O tributo corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. É mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido atual é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	75.500	(60.336)	15.164
Lucro líquido do exercício	-	669	669
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.500	(59.667)	15.833
Prejuízo do exercício	-	(2.611)	(2.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.500	(62.278)	13.222

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A MAPFRE Saúde Ltda. (antiga denominação da MS Participações Ltda. doravante denominada por "Empresa") é parte do GRUPO MAPFRE, sociedade limitada, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a operar em todas as modalidades de seguros no ramo de assistência à saúde, e em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Empresa é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin - SP, CEP 04578-000 e cadastrada no CNPJ nº 15.300.953/0001-42. Os órgãos de Governança do GRUPO MAPFRE aprovaram um plano de reorganização societária envolvendo as empresas com objetivo de simplificação da estrutura societária do Grupo no Brasil. O referido plano envolve alterações na Empresa, que foram aprovadas pelos sócios em 23 de dezembro de 2022 e serão protocoladas na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, tão logo todas as formalizações societárias e regulatórias estejam concluídas. O plano de reorganização societária prevê: i. mudança do nome empresarial para MS Participações Ltda.; ii. alteração do objeto social de comercialização de planos de saúde e odontológicos para administração de bens próprios e de participação, como sócia, acionista ou sócio, em outras sociedades simples ou empresárias; e iii. Incorporação da Empresa pela MAPFRE Brasil Participações S.A., atual controladora da Companhia. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madrid, Espanha. Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura em que a Empresa está inserida é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 472/2021, de 29 de setembro de 2021, e alterações. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Empresa possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, os órgãos de Governança do GRUPO MAPFRE aprovaram um plano de reorganização societária envolvendo as empresas com objetivo de simplificação da estrutura societária do GRUPO no Brasil, conforme descrito na nota explicativa de contexto operacional e não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa cumprir com todos as suas obrigações assumidas, durante a execução do plano de reestruturação ao qual a Empresa está inserida. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referendadas pela ANS, o que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os efeitos de tais obtidos podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas que foram adotadas para a confecção das demonstrações financeiras. Com relação às estimativas contábeis, estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. A nota explicativa listada abaixo inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 11 - Provisões judiciais. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Empresa revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A ANS através da Resolução Normativa nº 472/2021, de 29 de setembro de 2021, artigo 10.40, a adota integralmente o CPC 48 a partir do exercício de 2023. A Empresa está em fase de implementação e avaliando os impactos para mensuração nas demonstrações financeiras. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa. O CPC 50 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2023. Os referidos normativos serão aplicáveis quando referendados pela Agência de Saúde Suplementar - ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação de ativos e passivos é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia adotada quando da aquisição dos ativos, conforme segue: **i. Bancos e equivalente de caixa:** Incluem saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Empresa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria quando a Administração tem a intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos e que impactam o resultado. **iv. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados com o propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c - **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado organizado e ativo. Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", "Contas a receber de prestação de serviços médico-hospitalar" e "Bens e títulos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável ou ajuste ao valor presente (AVP) sempre quando o efeito dos juros em transações para contas a receber e a pagar de longo prazo forem relevantes às informações contábeis. **b) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência objetiva de que um evento de perda ocorreu, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Tal evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo os títulos patrimoniais) tiveram redução de valor ou pode incluir: i) não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor, ou emissor entrará em processo de falência; ou em caso de liquidez no mercado; Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde:** **Odontológica:** São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário *pro rata-die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. Os Planos de Saúde e Odontológicos comercializados a partir de abril de 2019 têm como característica o início e fim de vigência dentro do mesmo mês, portanto não há registro de PPCNG que transcenda o mês de emissão. **d) Provisões técnicas de operações de assistência à**

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os sócios poderão distribuir lucros mensalmente, em proporções diferentes às respectivas participações no capital social, sem prejuízos das mesmas, obedecidas as disposições legais pertinentes, sendo que, o lucro residual ou prejuízo apurado no final do exercício social, será distribuído ou suportado na proporção estabelecida pelos sócios.

FUNDACIÓN MAPFRE

Por meio da *Fundación* MAPFRE, uma instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento da sociedade com a realização de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social. Em 2022, os programas promovidos para melhorar as condições de vida de grupos desfavorecidos, reduzir os acidentes de trânsito, disseminar o acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade beneficiaram mais de 11,3 milhões de pessoas, sendo 7 milhões de beneficiários *on-line* e 4,3 milhões de beneficiários presenciais.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados. São Paulo, 30 de março de 2023.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		73	1.630
Receitas com operações de assistência à saúde	13a	155	1.839
Contraprestações líquidas		155	1.839
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	13b	(82)	(209)
Eventos indenizáveis líquidos/sínistras retidos	13c	100	652
Eventos conhecidos ou avisados		(43)	(611)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		143	41
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		173	2.282
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde		29	-
Outras receitas operacionais		29	-
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(236)	661	-
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(345)	(1.288)
Provisão para perdas sobre créditos		109	1.949
Outras despesas da operação de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde		(37)	(105)
Resultado bruto	(71)	2.838	-
Despesas de comercialização		(4)	(37)
Despesas administrativas	13d	(2.605)	(2.652)
Resultado financeiro	13e	289	520
Resultado antes dos impostos	(231)	669	-
Imposto de renda	14a	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	14a	-	-
Participações sobre o resultado		(220)	(194)
Resultado líquido	(2.611)	669	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	(2.611)	669
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(2.611)	669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

	2022	2021
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	155	2.085
(+) Resgate de aplicações financeiras	3.169	6.198
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	4	1
(+) Outros recebimentos operacionais	2.303	1.737
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(121)	(3.462)
(-) Pagamento de comissões	-	(7)
(-) Pagamento de pessoal	(1.323)	(1.704)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(1.589)	(493)
(-) Pagamento de tributos	(1.170)	(2.152)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributários)	-	(87)
(-) Aplicações financeiras	(1.420)	(2.088)
(-) Outros pagamentos operacionais	(50)	(61)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(42)	(33)
Variação líquida do caixa	(42)	(33)
Bancos e equivalente de caixa - Saldo inicial	65	98
Bancos e equivalente de caixa - Saldo final	23	65
Ativos livres no início do exercício (*)	509	3.438
Ativos livres no final do exercício (*)	5.841	509
Aumento/(Redução) dos ativos livres	5.332	(2.929)
(*) Referem-se ao saldo das contas "Disponível" e "Aplicações financeiras - livres".		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como a *Standard & Poor* e a *Fitch Ratings* e *Moody* s. A Empresa efetua análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Empresa em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e para a identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado com a incapacidade de a Empresa saldar seus compromissos e as dificuldades de liquidez para quitar uma obrigação. A posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado a partir da reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles internos, estabelecimento de limites técnicos e permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos são aprovados, anualmente, pela Diretoria, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Empresa monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A seguir o casamento de ativos e passivos:

	2022	2021
Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	
Fluxo até 1 ano	2.749	228
Fluxo de 1 a 5 anos	3.238	-
Fluxo acima de 5 anos	339	-
Total	6.326	228

(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras designadas pelo valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento, de acordo com o fluxo de caixa.

(**) O fluxo de passivos considera tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e débitos diversos. Os fluxos consideram a avaliação de ALM - *Asset Liability Management*.

Risco de mercado: Trata-se do risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos. Este risco é mensurado pela área de Riscos, com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk - VaR*. A área de Riscos acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos. Os resultados são apresentados nas reuniões do Comitê de Investimentos, para identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberar sobre a manutenção ou encerramento das exposições em risco. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia, é de 0,05 frente a um patrimônio de R\$ 6,323 contemplando os fundos a valor de curva. A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada aos fundos que a Companhia mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,89 anos (2,94 em 31 de dezembro de 2021) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES

a) **Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos:

Títulos Circulante	Hierarquia a valor justo	Ativos			Total				
		Valor contábil (A)	Valor de curva (B)	Valor justo (C)	Ajuste ao valor justo (C - B)	2022 (A)	% 2021 (D)	2021 %	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimentos									
	Letras financeiras do tesouro - LFT	1	3.855	3.851	4	3.855	64%	4.691	75%
	Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	2	–	–	–	–	–	193	3%
	Operações compromissadas (*)	2	2.169	2.169	–	2.169	36%	1.347	22%
	Caixa/contas a pagar/receber	2	(1)	(1)	–	(1)	–	(1)	–
Não circulante									
Ativos mantidos até o vencimento									
Fundos de investimentos									
	Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	242	242	19	284	4%	1.056	14%
	Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	42	42	–	42	15%	259	25%
Total de aplicações									
Aplicações financeiras em garantia									
Circulante									
Não circulante									
Total de aplicações livres									
*Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.									

b) **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Empresa utiliza dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Empresa utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos relacionados com estas demonstrações financeiras. c) **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria "*Market to Model*" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2022
Valor justo por meio do resultado	6.230	1.420	(2.952)	1.325	6.023
Mantidos até o vencimento (*)	1.056	–	(217)	(555)	284
Total	7.286	1.420	(3.169)	770	6.307
	2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2021
Valor justo por meio do resultado	9.255	2.088	(6.059)	946	6.230
Mantidos até o vencimento (*)	1.663	–	(139)	(468)	1.056
Total	10.918	2.088	(6.198)	478	7.286

(*) Os rendimentos dos ativos mantidos até o vencimento apresentam saldo negativo devido à queda na participação da Empresa no fundo de investimento que possui em sua carteira de ativos financeiros.

6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2022	2021
Outros títulos a receber	180	84
(-) Juros futuro a apropriar	(11)	–
(-) Ajuste a valor presente	(9)	–
Compartilhamento de despesas (nota 15 (1))	170	143
Adiantamentos a funcionários	5	4
Adiantamento diversos	28	–
Bens e títulos a receber circulante	363	231
Outros títulos a receber	1.954	1.627
(-) Juros futuro a apropriar	(496)	–
(-) Ajuste a valor presente	(828)	–
Bens e títulos a receber não circulante	630	1.627
Total	993	1.858

O valor registrado na rubrica de Outros Títulos a Receber, no Ativo não circulante, refere-se a um acordo de recuperação judicial de longo prazo, decorrente de recebíveis com estipulante, de contraprestações relacionadas ao plano de saúde que a Empresa comercializava até 2019. O registro deste ativo, já considerado o reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade em 50% do direito total da Operadora, conforme o acordo judicial firmado no processo de recuperação judicial do estipulante. Tal acordo foi firmado em 2020, e considera uma incidência de juros simples e atualização da taxa referencial (TR), e desde então, o estipulante vem cumprindo o cronograma de pagamentos, cujo prazo final de vencimento, encerrará em 2034. A Companhia também considera, no reconhecimento deste ativo, um ajuste a valor presente (AVP), dado o longo prazo de recebimento do ativo em 2034, e foi calculado, utilizando-se uma taxa de desconto, cuja metodologia considerou a média da projeção da taxa livre de risco até 2034, e um prêmio de risco considerando o risco do negócio do estipulante.

7. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2022		2021	
	Eventos odontológicos	PEONA	Total	Total
Saldo inicial	35	156	191	
Eventos conhecidos ou avisados	55	–	55	
Eventos pagos	(68)	–	(68)	
Glosas/coparticipação	(12)	–	(12)	
Variação de PEONA	–	(143)	(143)	
Saldo final	10	13	23	
	2021	2020		
	Eventos saúde	Eventos odontológicos	PEONA	Total
Saldo inicial	1.090	40	197	1.327
Eventos conhecidos ou avisados	(1.065)	542	–	(523)
Eventos pagos	(25)	(459)	–	(484)
Glosas/coparticipação	–	(88)	–	(88)
Variação de PEONA	–	–	(41)	(41)
Saldo final	–	35	156	191

DIRETORIA

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO DENIA DE MOURA	FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO	RAPHAEL BAUER DE LIMA ROBERTO JÚNIOR DE ANTONI SIMONE PEREIRA NEGRÃO
---	--	---

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	ATUÁRIA	VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
---	----------------	--

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria foi instituído dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente às exigências da legislação vigente. O Comitê é composto por 3 (três) membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e do ordenamento jurídico brasileiro. O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com as Auditorias Interna e Independente. Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa

responsável pela execução da auditoria das demonstrações financeiras, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Legislação Societária Brasileira e normas reguladoras. O Comitê reuniu-se com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações. **Conclusões** Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria da MAPFRE Saúde Ltda. entende que as demonstrações financeiras,

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) **Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Resultado antes dos impostos	(2.611)	(2.611)	669	669
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido às alíquotas vigentes	653	235	(167)	(60)
Diferenças temporárias	(273)	(98)	–	–
Deduções incentivadas	–	–	1.001	360
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente	380	137	834	300
Reversão de crédito tributário - base negativa	(380)	(137)	(834)	(300)
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	–	–	–	–

	2021	Constituição	Reversão	2022
b) Créditos tributários e previdenciários	489	6.842	205	5.786
Ativo	284	1.056	–	444
Tributos a compensar	78	336	(78)	336
PIS/COFINS	22	34	(56)	–
Total circulante	100	370	(134)	336
Tributos a compensar	4.914	478	(331)	5.061
PIS/COFINS	2.585	–	(938)	1.647
Total não circulante	7.499	478	(1.269)	6.708

Os créditos tributários acima referem-se à retenções fonte, declarados em ECF e constituídos contabilmente. Tratam-se de créditos legítimos com pedidos de restituição já realizados junto a RFB via PEFDCCOMP, aguardando a homologação e restituição dos valores em conta corrente da empresa. Vale esclarecer que os créditos tributários contabilizados são recuperáveis, conforme Instrução Normativa da RFB nº 2.055 de 06 de dezembro de 2021. Adicionalmente, a Empresa possui crédito tributário oriundo de prejuízo fiscal/base negativa e diferenças temporárias que não estão registrados no montante de R\$ 22.285.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Empresa, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme as definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2022				2021			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Aliança do Brasil	–	–	–	–	–	–	–	–
Seguros S.A. (2)	–	–	–	1	–	–	–	–
MAC Investimentos S.A. (1)	–	–	–	–	–	–	1	–
MAPFRE Assistência Ltda. (1)	–	–	3	–	–	–	–	31
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	–	20	34	(209)	–	45	59	(201)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)	–	5	–	(36)	–	1	38	(3)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	–	–	–	(6)	–	2	7	(4)
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (1)	–	–	–	–	–	–	1	–
MAPFRE Previdência S.A. (1)/(3)	–	2	–	(92)	2	1	55	(91)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	153	–	1.834	–	129	–	2.692	(33)
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	17	1	252	(14)	14	–	244	(11)
MAPFRE Tech (4)	–	–	–	(18)	–	–	–	(136)
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)	–	–	–	–	–	–	–	8
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	–	–	–	(9)	–	1	20	(8)
Total	170	28	2.123	(384)	146	50	3.156	(488)

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Companhia, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Brasil Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se a seguro de vida. 3) Refere-se a previdência da Administração. 4) Empresa de sistemas de tecnologia da Espanha.

a) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração e os benefícios da Administração. Os montantes de R\$ 1.746 (R\$ 939 em 31 de dezembro de 2021) são referentes à remuneração e bônus. A Empresa não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	2022	2021
a) Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais	(2.611)	669
Atividades operacionais	(120)	(4.306)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	2	4
Ajustes para	(1.126)	(1.357)
Depreciações e amortizações	(436)	(393)
Provisão para riscos sobre créditos	(869)	(50)
Variação nas contas patrimoniais	289	520
Ativos financeiros - aplicações	1.305	678
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	770	478
Créditos tributários e previdenciários	57	1
Títulos e créditos a receber	437	179
Depósitos judiciais e fiscais	41	20
Bens e títulos a receber	(1.016)	(158)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(837)	–
Tributos e encargos sociais a recolher	(79)	(79)
Provisões judiciais	(97)	(76)
Débitos diversos	(3)	(3)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(42)	(33)

acompanhadas das notas explicativas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, e pelo Relatório de Administração, estão adequadas, foram elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Luiz Cláudio Ligabue - Coordenador

Edgar Jabbour - Membro Titular

Francisco Petros Oliveira Lima Papatthanasiadis - Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Saúde Ltda.**, São Paulo - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Saúde Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Operadora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reorganização Societária** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional, que descreve que foi aprovado um plano de reorganização societária do GRUPO MAPFRE, no qual a Empresa está inserida. Neste processo de reorganização está previsto que a Empresa será incorporada pela MAPFRE Brasil Participações S.A., atual controladora da Empresa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora e continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contador - CRC 1SP224130/O-0